

20 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE tem por competência formular, implementar, acompanhar e avaliar as políticas públicas de imigração, de fomento ao trabalho e emprego, qualificação profissional, proteção e benefícios ao trabalhador, bem como assegurar os direitos trabalhistas e as condições de segurança e saúde, por meio de sua fiscalização.

O Ministério está presente em todas as unidades da federação por meio das Delegacias Regionais do Trabalho, suas 110 Subdelegacias e 482 Agências. Ainda, sob a vinculação do Ministério desde 1974, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO exerce um papel de destaque em desenvolvimento científico e sua difusão em matéria de segurança e saúde no trabalho, bem como possui a responsabilidade de formar e informar os agentes sociais envolvidos nessa questão. A FUNDACENTRO possui unidades descentralizadas em 11 Estados e no Distrito Federal. Atuando de acordo com os princípios do tripartismo, tem no Conselho Curador sua instância máxima. Nele estão representados, além do governo, os trabalhadores e empresários, por meio de suas organizações de classe.

O conjunto de ações e as realizações, detalhadas no desenvolvimento deste documento, demonstram que o Ministério do Trabalho e Emprego contribuiu substancialmente para o desempenho do mercado de trabalho, mantendo expressiva atuação em quatro grandes áreas (i) Proteção e Benefícios ao Trabalhador; (ii) Empregabilidade; (iii) Fomento ao Trabalho; e (iv) Relações do Trabalho, além das subfunções inerentes à atividade do Órgão, igualmente importantes, tais como: Normatização, Fiscalização, Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Científico e Cooperação Internacional, entre outros.

As principais ações no âmbito da Proteção e Benefícios do Trabalhador referem-se aos Programas Novo Emprego e Seguro-Desemprego e Assistência ao Trabalhador. O primeiro tem por objetivo a inserção produtiva do trabalhador no mercado laboral e é implementada pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE, cujos postos estão vinculados às Secretarias Estaduais de Trabalho ou Centrais Sindicais. Ao se inscrever no SINE, em busca de uma vaga, o trabalhador pode também ter a oportunidade de participar de cursos de qualificação profissional, além de ser habilitado ao benefício do Seguro-Desemprego. A habilitação também é realizada pela Caixa Econômica Federal – CEF.

O programa Assistência ao Trabalhador é responsável pelo benefício do Abono Salarial que consiste no pagamento anual de um salário-mínimo ao trabalhador de empresas, entidades privadas e órgãos públicos contribuintes do Programa de Integração Social – PIS, ou do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, cujas remunerações individuais médias mensais, no ano de referência, não excedam a dois salários mínimos. Abrange, ainda, o Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT com o estímulo às empresas para fornecimento de alimentação aos empregados, permitindo a dedução das despesas na base de cálculo do Imposto de Renda.

Integra também o conjunto de ações de proteção ao trabalhador, o Programa Trabalho Seguro e Saudável, com os serviços de análise laboratorial em Segurança e Saúde do Trabalhador e a promoção de eventos educativos sobre a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

O Ministério do Trabalho e Emprego regulamenta as condições de segurança e saúde no trabalho; recomenda e apóia a adoção de sistemas de gestão pelas empresas; desenvolve pesquisas; e implementa ações de prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais. A regulamentação e a política de melhoria de condições de trabalho são definidas de maneira tripartite, com a participação de trabalhadores, empregadores e Governo.

Conjuntamente às Relações do Trabalho é oportuno abordar a Normatização e a Fiscalização, que abrangem os Programas Trabalho Legal, Trabalho Seguro e Saudável, Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante, além de programas multissetoriais como Erradicação do Trabalho Infantil e Qualidade e Fomento ao Trabalho Aquaviário.

A fiscalização objetiva assegurar o cumprimento e a observância da legislação do trabalho, dos acordos e convenções coletivas e, ainda, combater a sonegação do FGTS, aumentando, assim, sua arrecadação. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS é formado por contribuições patronais mensais à conta específica do empregado. Todos os trabalhadores, exceto os servidores públicos civis e militares e os autônomos, têm direito

ao FGTS. O Fundo é gerido por um Conselho Curador e constitui um importante instrumento de fomento ao emprego, uma vez que seus recursos financiam obras de infra-estrutura e de moradia.

Ainda, sob o prisma da Fiscalização, o MTE promove a inspeção dos ambientes e condições de trabalho na área de Segurança e Saúde do Trabalhador. Por meio de profissionais médicos e engenheiros, está sendo implementado um programa de fiscalização com vistas a garantir níveis satisfatórios de segurança e de saúde para os trabalhadores.

Por sua vez, está em curso o processo de Modernização da Legislação Trabalhista, fundamentado em uma ampla discussão com representações de empregados e empregadores. Essa iniciativa tem por objetivo tornar a legislação do trabalho mais flexível e, portanto, apta a regular relações laborais contemporâneas, inseridas em um contexto de competição internacional. Ao promover a via negociada nas relações de trabalho, o programa contribui para o fortalecimento das partes envolvidas. Nesse processo de reforma, cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego a formulação de propostas de alteração da Constituição Federal e da Consolidação das Leis do Trabalho, além da revisão da regulamentação vigente, preconizando, sempre, o tripartismo.

Foram desenvolvidas e implementadas as ações de “Capacitação de Mediadores em Relações Trabalhistas” e “Mediação das Relações Trabalhistas”.

A Empregabilidade está representada pelo Programa de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, que é financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e tem por objetivo articular a capacidade e competência existentes na área de qualificação profissional, de modo a prover qualificação a vinte milhões de trabalhadores durante o período do PPA 2000-2003. O público prioritário do programa é composto por: pessoas desocupadas, trabalhadores sob risco de desocupação permanente ou conjuntural; trabalhadores autônomos, cooperados, autogestionados; pequenos e microprodutores do setor urbano e rural e outros grupos socialmente vulneráveis.

O Fomento ao Trabalho é realizado mediante a implementação do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER. Este Programa consiste na oferta de linhas especiais de crédito, atendendo as necessidades de investimento e capital de giro de pequenas e microempresas, cooperativas e formas associativas de produção, profissionais recém-formados e pequenos empreendimentos do setor informal e formal, localizados no campo ou na cidade.

Cooperação Internacional

O Brasil é membro da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em cujo Conselho de Administração tem representação permanente. Com o objetivo de garantir o cumprimento dos compromissos assumidos internacionalmente há uma estrutura de investigação e apuração de denúncias de irregularidades em curso, com participação de outros organismos estatais e não governamentais, cobrindo todo o território nacional.

Por meio do Programa de Gestão da Participação em Organismos Internacionais, o MTE contribui para o Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação sobre Formação Profissional – CINTEFOR, do qual o Brasil é membro. O CINTEFOR teve origem na sétima Conferência dos Estados da América Membros da OIT, realizada em Buenos Aires, em abril de 1961, em resposta às demandas apresentadas pelos países membros da OIT, para a constituição de um centro de intercâmbio de experiências, com base na investigação, na documentação e na divulgação das atividades de formação profissional.

Estabelecido em Montevideu, o CINTEFOR é um serviço técnico da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que atua como núcleo de um sistema constituído pelas instituições e organismos de formação profissional dos estados membros da OIT nas Américas e na Espanha. É, por natureza, coordenador e instrumento de cooperação técnica entre suas instituições membros; impulsiona e promove o desenvolvimento das instituições formadoras de recursos humanos, através do intercâmbio de experiências entre elas, com base em estudos e pesquisas, documentação e transferência de metodologias e tecnologia próprias da formação profissional. Para isso, conta com um grupo técnico de especialistas em diferentes áreas de formação profissional e dispõe, também, de uma rede de especialistas a quem recorre para a realização de estudos e projetos específicos.

Atualmente, o CINTEFOR constitui-se em um espaço privilegiado à discussão de questões importantes da atual agenda do movimento de educação profissional nas Américas e no mundo. Em 2001, a convite do Governo Brasileiro, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e

Emprego, Brasília sediou a XXXV Reunião da Comissão Técnica do CINTEFOR/OIT, de 30 de agosto a 1º de setembro, cujo tema escolhido para o ciclo de exposições e debates foi “Trabalho Decente exige uma formação decente”.

Entre 15 e 17 de maio de 2002, ocorreu no Rio de Janeiro o Seminário Interamericano Tripartite sobre Formação Profissional e Trabalho Decente, realizado com o apoio e a participação do SENAI. O evento reuniu especialistas da América Latina, Caribe e Europa, para o intercâmbio de experiências e estratégias bem sucedidas desenvolvidas por organismos de formação profissional nesses países. Na ocasião, a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE divulgou o documento “Educação Profissional no Brasil”, com o relato das tendências recentes no Brasil sobre a matéria.

Da mesma forma, o MTE contribui para a *Association Mondiale Des Services d’Emploi Publics – AMSEP*, que agrupa instituições encarregadas de implementar as políticas do mercado de trabalho. A AMSEP mantém um protocolo de acordo com a OIT.

Combate à Discriminação no Trabalho

Consoante princípios e diretrizes assumidos pelo Brasil junto à Organização Internacional do Trabalho- OIT, mediante as Convenções nº 100, 111 e 159, o Ministério do Trabalho e Emprego implementou o Programa Brasil, Gênero e Raça, para combater a discriminação no emprego e na profissão, no sentido de elidir toda distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito anular ou alterar a igualdade de oportunidades na relação de emprego ou de profissão, bem como de inserir nas empresas com mais de 100 empregados as pessoas portadoras de deficiência e os trabalhadores reabilitados pela previdência social.

O Programa é coordenado pela Assessoria Internacional do MTE, e materializa suas ações por meio dos Núcleos de Promoção de Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação, instituídos pela Portaria MTE nº 604/2000, os quais assumem o papel de executores, nos Estados. Atualmente são 73 núcleos em funcionamento, vinculados às Delegacias Regionais de Trabalho ou às suas Subdelegacias, cuja sistemática de fiscalização foi estabelecida por meio da Instrução Normativa SIT/MTE nº 20, de 21/01/2001.

A execução das ações é realizada em parceria com as mais diversas entidades governamentais e não-governamentais e associações que representam segmentos, alvos de exclusão, tais como, mulheres, negros, portadores de HIV, idosos, portadores de deficiência, homossexuais, entre outros.

As principais iniciativas abrangem as atividades de Ações Educativas e Preventivas: realização de palestras, seminários, oficinas e grupos de trabalho, buscando a conscientização da sociedade; as Mediações de Conflitos Individuais e Coletivos: a partir do recebimento de denúncias de quaisquer práticas discriminatórias no trabalho, que são resolvidas, em sua maioria, mediante reuniões conciliatórias entre as partes envolvidas; as Ações Afirmativas: pela inserção das pessoas portadoras de deficiência, por meio da fiscalização nas empresas obrigadas, de acordo com a Lei nº 8.213/91 e do art. 36 do Decreto nº 3.298/99, ao cumprimento da reserva legal de vagas, e as de Apoio às Ações Desenvolvidas por Terceiros no sentido de apoiar, incentivar e fomentar outras iniciativas que visem a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento.

No que se refere ao recebimento de denúncias e orientações registradas pelos Núcleos quanto às práticas discriminatórias, foi verificado um crescimento de 274% entre 2000 e 2002, e até dezembro de 2002 o aumento foi de 21,76% em relação a 2001, conforme números de denúncias/orientações apresentadas:

HIV/AIDS	Deficiência	Idade	Raça/Cor	Gênero	Cidadania	Obesidade
37	61	25	53	225	276	1
Estado de Saúde	Assédio Sexual	Orientação Sexual	Inserção PPD	Assédio Moral	Outros	Total
292	42	36	14.270	189	273	15.780

Desenvolvimento Científico e Difusão do Conhecimento Científico

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO é uma entidade vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego que tem a função de realizar estudos e pesquisas em segurança, saúde e meio ambiente no trabalho. Vem a cada ano confirmando sua posição de liderança como

instituição brasileira dedicada à pesquisa, ao ensino, à prestação de serviços e à difusão de informações visando a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Dentre os vários temas que são alvo de estudos e investigações da FUNDACENTRO estão a ergonomia; avaliação clínica, radiológica e funcional em doenças ocupacionais pulmonares; atividades de pesca e mergulho; agrotóxicos; problemática do trabalho do adolescente; acidentes na indústria da construção; e exposição a substâncias perigosas. No exercício de 2002 destacam-se os seguintes estudos e pesquisas realizados: Estudo sobre Sistemas de Informação e Controle dos Agrotóxicos no trabalho rural; Avaliação da “Lei dos Agrotóxicos” - o papel do registro como instrumento de controle dos impactos dos agrotóxicos à saúde e ao ambiente; Educação Ambiental no Ensino Fundamental Rural; Estudo das Condições de Segurança e Saúde do Trabalhador a Bordo de Embarcações; Prestação de Assessoria à Secretaria Estadual de Saúde (CVE) sobre a contaminação de população urbana por chumbo inorgânico na cidade de Bauru-SP; Prestação de Assessoria à Secretaria Estadual de Saúde (CVE) e à Prefeitura Municipal de Mauá sobre uma pretensa contaminação de população urbana por benzeno no Condomínio Barão de Mauá na cidade de Mauá-SP; a atividade de trabalho dos motociclistas profissionais e sua relação com os acidentes de trabalho; Engenharia de Segurança na Indústria da Construção; Gestão de Riscos no Trabalho em Pequenas e Médias Empresas; Prevenção da Silicose em atividades de lapidação e artesanato de pedras ornamentais na Grande BH; Avaliação e controle dos riscos de silicose em atividades de lapidação e artesanato em pedras ornamentais no Município de Joaquim Felício; Prevenção de explosões nas indústrias de fogos de artifício de Santo Antônio do Monte e Região; Avaliação de modelo de consultoria em Gestão de Riscos para PME; Avaliação e controle de riscos na indústria de calçados de Nova Serrana; Consultoria e Apoio às Ações de Vigilância da Segurança e Saúde dos Trabalhadores; e Metodologia de Avaliação de Exposição ao Ruído não Contínuo - *Uma Aplicação Na Construção Civil*.

A FUNDACENTRO dispõe de uma biblioteca que dinamiza o acesso à informação e disponibiliza, nos seus bancos de dados bibliográficos, vasto acervo de publicações, incluindo a produção científica, teses e dissertações defendidas por profissionais próprios e de outras instituições, relatórios, pareceres, folhetos, normas técnicas, livros e periódicos. Também está entre suas atribuições realizar a venda de publicações da FUNDACENTRO, buscando sempre aperfeiçoar esse processo.

Neste ano, a biblioteca colocou à disposição dos usuários um catálogo virtual de publicações e vídeos produzidos pela Fundação. Através do seu Espaço Memorial e Cultural, procura informar e esclarecer de forma dinâmica sobre tudo o que se refere ao universo da segurança e saúde no trabalho. Fazendo uso de recursos tecnológicos avançados, que propiciam aos usuários maior autonomia de pesquisa, a Biblioteca se destaca pela excelência e qualidade de seu acervo na área de segurança e saúde no trabalho, constituindo-se em um centro de referência documental nessa área para toda a América Latina.

Tecnologia da Informação

Com o objetivo de monitorar o desempenho do mercado de trabalho e subsidiar a elaboração de políticas de emprego e renda, o Ministério do Trabalho e Emprego dispõe, principalmente, dos seguintes instrumentos de coleta de informações:

- Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Registro administrativo obrigatório, por meio do qual são coletados dados cadastrais dos estabelecimentos e dos trabalhadores, suas remunerações e seus respectivos vínculos trabalhistas. Os dados levantados a cada ano por meio da RAIS alimentam os sistemas de estatísticas do trabalho e viabilizam o pagamento do Abono Salarial, além de constituírem uma importante fonte de informações para a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Seguro-Desemprego, e para o controle do Sistema de Arrecadação e de Concessão de Benefícios Previdenciários;

- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. É um registro administrativo criado para acompanhar a movimentação mensal de empregados submetidos ao regime de trabalho celetista. Seus dados subsidiam a formulação da política de intermediação de emprego, de qualificação e requalificação do trabalhador, e de combate ao desemprego; e

- Pesquisas sobre o mercado de trabalho. Em caráter suplementar, o MTE faz uso de pesquisas de alcance regional ou nacional, com periodicidade mensal ou anual. As mais importantes são a Pesquisa de Emprego e Desemprego–PED, a Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio–PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego–PME.

O MTE, ainda, desenvolve e moderniza periodicamente o Sistema sobre Inspeção, Segurança e Saúde do Trabalhador, que consiste no cruzamento informatizado de dados originados nos Ministérios da Previdência Social e da Saúde.

O resultado destas e outras ações de estudos e pesquisas permite o acompanhamento das informações sobre o mercado de trabalho, gerando séries históricas de estatísticas que fornecem subsídios para a formulação das políticas públicas.

Observatório do Mercado de Trabalho e Emprego

Instituído pela Portaria Ministerial nº 339, de 23 de agosto de 2002, o Observatório do Mercado de Trabalho é uma instância de assessoramento técnico voltado para o tratamento e consolidação das informações disponíveis a respeito do trabalho, com vistas a apoiar o ciclo de gestão das políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério, suprimindo os dirigentes com análises atualizadas, que podem servir de base para a elaboração de cenários futuros do mercado de trabalho.

Tem a missão de promover o conhecimento do mercado de trabalho, por meio do estímulo à produção, sistematização e difusão de informações, além da realização de estudos e pesquisas que sirvam de apoio ao processo decisório, no que tange ao ciclo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas na área trabalho.

Financiamento das Ações

As ações do Ministério são financiadas pelo Tesouro Nacional e pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A competência constitucional da União de organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, a cargo do Ministério do Trabalho, é financiada com recursos Ordinários do Tesouro Nacional, envolvendo a Fiscalização do Trabalho Infantil, do Trabalho Escravizador e Degradante, de Obrigações Trabalhistas e FGTS, do Trabalho Portuário e a Inspeção dos Ambientes e Condições de Trabalho. Também são custeadas as ações relacionadas aos mesmos objetivos da fiscalização, como a Formação Continuada de Auditores e dos Técnicos em Segurança e Saúde do Trabalhador, as Promoções de Eventos para Sensibilização da Sociedade quanto ao Trabalho Infantil, a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CANPAT, Pesquisas sobre Trabalho Infantil, Mediações de Relações Trabalhistas, entre outras. Por fim, o Tesouro Nacional financia os gastos relacionados à manutenção do órgão, como o pagamento de pessoal e encargos, despesas de administração da unidade (manutenção de transportes, manutenção dos imóveis, etc), capacitação de servidores públicos, auxílio alimentação, além de custear as atividades da FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT¹ constitui a principal fonte de financiamento das ações do Ministério do Trabalho e Emprego. Trata-se de um fundo contábil, de natureza financeira, destinado ao custeio do Programa Seguro-Desemprego, que compreende ações de pagamento desse benefício, de qualificação e requalificação profissional e de orientação e intermediação de mão-de-obra. O FAT também custeia o PLANFOR, o pagamento do Abono Salarial e, por intermédio de instituições financeiras federais, financia programas de desenvolvimento econômico e de geração de emprego e renda, como o PROGER. Os recursos do FAT têm origem, majoritariamente, nas contribuições patronais devidas ao Programa de Integração Social – PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. O FAT também financia outras iniciativas do Governo Federal, como o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROEMPREGO, o Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

O FAT é gerido pelo Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT, previsto no art. 18 da lei 7.998/90, e é composto paritariamente por representantes do Governo, Empregados e Patrões. A presidência é renovada bienalmente e alternadamente entre as partes constituintes. Atualmente, está sendo exercida pelo representante dos empregados.

¹ Com fundamento no art. 239 da Constituição Federal, a lei 7.998, de 11/01/1990 instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, vinculando-o ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, destinado ao custeio do Programa de Seguro Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

Proteção e Benefícios ao Trabalhador

O programa Novo Emprego e Seguro-Desemprego² visa à inserção produtiva do trabalhador no mercado de trabalho e ao atendimento aos requerentes do benefício do seguro-desemprego, envolvendo recursos da ordem de R\$ 17,6 bilhões para o período 2000-2003.

A intermediação de mão-de-obra representa uma das linhas básicas de atuação do programa, implementada por intermédio do Sistema Nacional de Emprego – SINE. Composto por parcerias com as Secretarias Estaduais de Trabalho, bem como com as Centrais Sindicais, a iniciativa tem a finalidade de recolocar o trabalhador no mercado de trabalho, de forma ágil e não onerosa, beneficiando tanto o trabalhador quanto o empregador.

No período de 1995-2002, inscreveram-se nos postos de atendimento do SINE quase 26 milhões de trabalhadores. No mesmo período, foram captadas praticamente 7,2 milhões de vagas e colocados mais de 3,4 milhões de trabalhadores.

A ação de intermediação de mão-de-obra vem apresentando melhoras sensíveis e o ano de 2002 não foi exceção. O desempenho, em termos de vagas ofertadas e trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, superou o do ano anterior, até então, o melhor da história do SINE. Os principais determinantes desse movimento foram: a criação de mecanismos em busca de resultados, o monitoramento das ações nos estados por parte da equipe da Coordenação Nacional do SINE/MTE; o estabelecimento de um sistema de concorrência administrada com a criação das agências ligadas às entidades sindicais; e a implantação do Sistema de Integração das Ações de Qualificação Profissional - SIGAE.

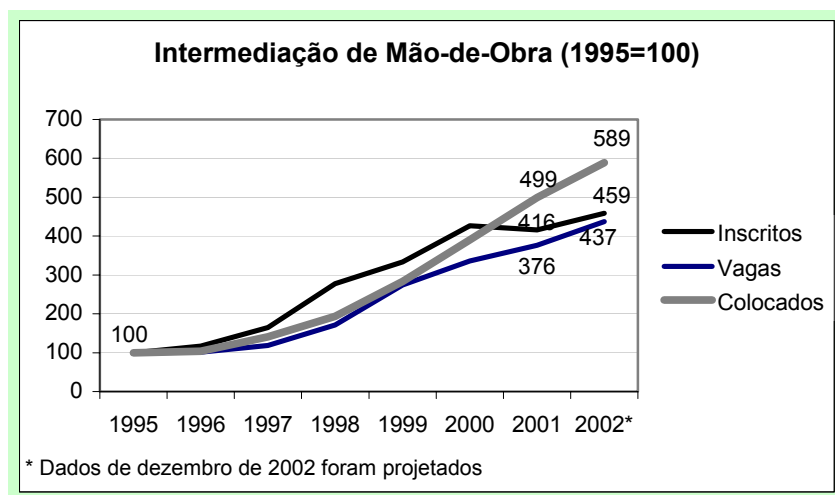
Apesar dos avanços alcançados no último período, deve-se promover melhoras no Sistema de Intermediação voltadas para a articulação com o seguro-desemprego, a qualificação profissional e as políticas de geração de emprego e renda, além do aprimoramento na sistemática de regulamentação e de acompanhamento e avaliação de resultados.

(em mil trabalhadores)								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002*
Inscritos	1.127	1.321	1.859	3.124	3.763	4.806	4.686	5.116
Vagas	381	386	452	653	1.044	1.281	1.434	1.646
Colocados	149	155	210	288	422	582	743	869

Fonte: SINE/MTE

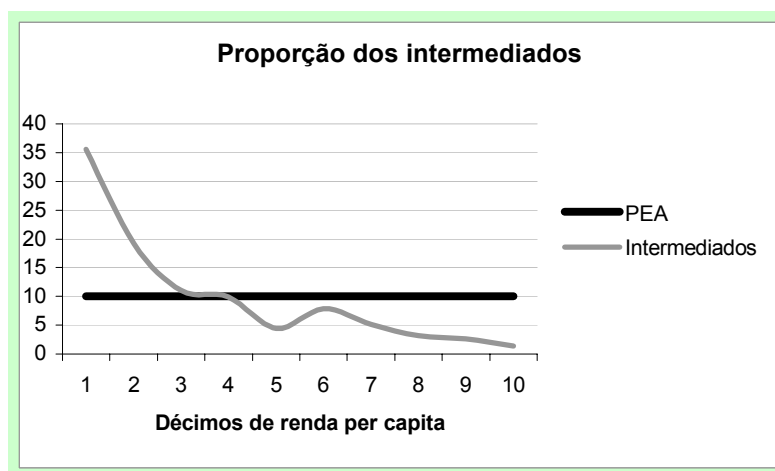
O gráfico abaixo permite verificar o comportamento das atividades relativas à ação de intermediação a partir de uma base fixa (1995 = 100). Os dados revelam um forte incremento no volume das inscrições, que foi acompanhado, no período, por um aumento na captação de vagas e nas colocações. No ano de 2001 houve uma expressiva reação das colocações. As projeções hoje existentes indicam que o número de vagas captadas e de trabalhadores colocados continuará a subir, enquanto o número de inscritos, após forte expansão na década, se estabilizará.

² O Seguro-Desemprego está previsto no artigo 7º, inciso II da Constituição Federal/88, com a finalidade de prestar assistência financeira temporária ao trabalhador em situação de desemprego involuntário, conforme regulamenta a Lei 7998, de 11/01/1990.



Um dado fundamental da ação de intermediação de mão-de-obra foi revelado a partir de um levantamento feito entre os trabalhadores intermediados em 2000. Com base nos dados da PNAD-99 e SIGAE (referente a colocados em 2000), procurou-se avaliar em que medida a ação de intermediação de mão-de-obra está focalizada nos mais necessitados.

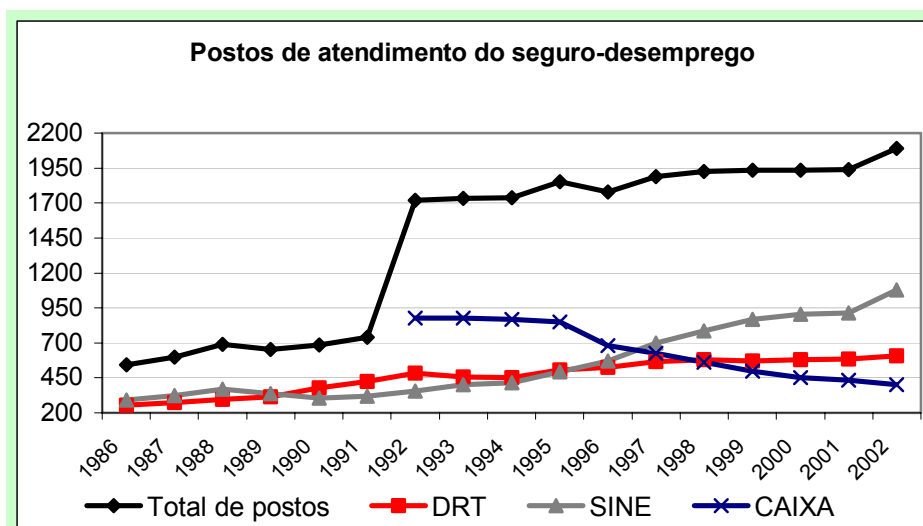
Para isso, foi tomado o universo dos trabalhadores participantes da população economicamente ativa – PEA, segundo a PNAD, divididos em 10 grupos iguais, conforme a renda per capita. Os decimais, assim obtidos, deram um parâmetro para a verificação da focalização da ação de intermediação: a linha correspondente aos 10% dos trabalhadores (em preto no gráfico seguinte) equivale à participação absolutamente igualitária dos variados grupos por faixa de rendimento. Assim, a linha de proporção dos beneficiários da ação de intermediação (em cinza no gráfico seguinte) indica sub-representação dos grupos de trabalhadores de uma determinada faixa de rendimento, quando está abaixo da linha azul, e sobre-representação quando está acima.



Fonte: SIGAE/MTE e PNAD/IBGE.

Apesar dos dados disponíveis possuírem algumas limitações pelo fato de que o SIGAE não cobre todo o serviço de intermediação, eles parecem indicar uma focalização adequada da ação de intermediação. A chance de se encontrar um trabalhador do 1º e do 2º decis dentro os colocados é, respectivamente 1,96 e 2,41 vezes maior que a de encontrá-lo na PEA. Por outro lado, a chance de trabalhadores dos últimos 2 decis serem encontrados entre os intermediados é 4,6 e 10 vezes menor que a de ser encontrado na PEA. Ressalte-se, assim, que a ação de intermediação volta-se para as camadas mais pobres da População Economicamente Ativa, justamente aquelas que têm maior dificuldade em se inserir ou se reinserir no mercado formal de trabalho.

Deve-se ressaltar que a preocupação do Ministério do Trabalho e Emprego com o atendimento ao trabalhador levou a uma grande expansão da rede por meio da qual os cidadãos podem requerer seu benefício. Entre 1986 e 2002, essa expansão foi de 283%, como pode ser visto no gráfico seguinte.



Fonte: CGSDAS/MTE.

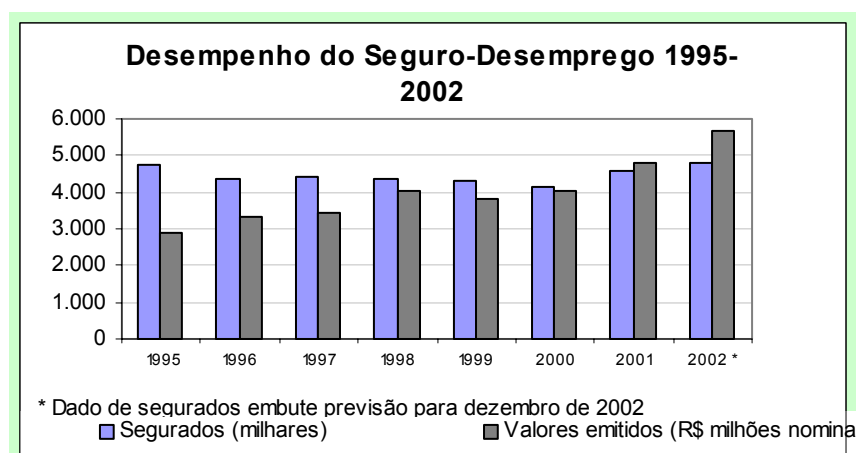
Mais que uma simples expansão, nos últimos anos, o SINE passou a ter o maior número de postos a partir de 1997, e ganhou amplo domínio (mais de 50% dos postos) desse ano até 2002. Sabe-se que o trabalhador atendido pelo SINE também conta com outras ações de emprego e renda, como a intermediação de mão-de-obra e a qualificação profissional. Dessa maneira, pode-se afirmar que a atual expansão facilita a vida do trabalhador de duas maneiras: torna mais fácil o acesso ao benefício do seguro-desemprego, ao mesmo tempo em que aumenta as chances de qualificação profissional e de inserção e reinserção no mercado de trabalho.

O Seguro-Desemprego, por sua vez, é um benefício temporário, criado com a finalidade de prestar assistência financeira ao trabalhador em situação de desemprego involuntário. Entre 1995 e 2002, tiveram acesso ao programa 35,72 milhões de trabalhadores, ao custo de aproximadamente R\$ 32,09 bilhões (ou R\$ 43,84 bilhões em valores de dezembro de 2002, pelo INPC). No período de janeiro a dezembro de 2002 foram habilitados 4,76 milhões de trabalhadores, dos quais 4,55 milhões, efetivamente, sacaram o benefício, implicando recursos da ordem R\$ 5,67 bilhões, ou R\$ 6,19 bilhões, em valores de dezembro/02.

ANO	SEGURADOS (MILHARES)	VALORES EMITIDOS (VALOR NOMINAL) R\$ MILHÕES	VALORES EMITIDOS (R\$ MILHÕES DE DEZEMBRO DE 2001
1995	4.742,04	2.898,88	4.584,91
1996	4.360,91	3.310,17	4.552,43
1997	4.400,74	3.451,04	4.482,72
1998	4.357,53	4.056,87	5.078,36
1999	4.315,32	3.834,85	4.583,56
2000	4.155,15	4.053,43	4.560,02
2001	4.597,69	4.808,31	4.971,05
2002	4.763,15	5.677,88	6.188,34

Fonte: CGSDAS/MTE

Dados deflacionados pelo INPC



O valor médio do benefício em 2002 foi de aproximadamente 1,43 salário-mínimo, representando cerca de 37% do rendimento médio nominal do trabalhador com carteira assinada, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em média, foram pagas 4,3 parcelas, cobrindo cerca de 81,3% do tempo médio de procura de trabalho nas áreas metropolitanas, que é de aproximadamente 5,3 meses, de acordo com a mesma pesquisa.

A tabela abaixo compreende os dados sobre a abrangência do seguro-desemprego em relação ao seu público alvo, qual seja, os trabalhadores dispensados sem justa causa. Os dados não incluem as modalidades pescador artesanal, bolsa qualificação e empregado doméstico.

SEGURO-DESEMPREGO – DISPENSADOS X SEGURADOS (2001-2002)

ANO	DISPENSADOS SEM JUSTA CAUSA (em mil) (A)	SEGURADOS (EM MIL) (B)	TAXA DE COBERTURA C = B/A
2001	7.195,84	4.597,69	63,9%
2002	7.198,37	4.763,15	66,2%
VARIAÇÃO (%)	0,0%	3,6%	

Fonte: CGSDAS/MTE.

Observações: 1. Os dados não incluem as modalidades “pescador artesanal”, “bolsa qualificação” e “empregado doméstico”. 2. Os totais de segurados e de demissões sem justa causa, para 2002,.

O benefício do seguro-desemprego para o pescador artesanal alcançou 85,8 mil pescadores, com gastos da ordem de R\$ 62,7 milhões, em 2002.

A modalidade de seguro-desemprego para o trabalhador doméstico entrou em vigor com a Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001. Em 2002, foram beneficiados 7,6 mil trabalhadores domésticos com um gasto R\$ 4,4 milhões.

Outra ação importante do programa é a concessão da bolsa-qualificação ao trabalhador com contrato de trabalho suspenso, alternativa cuja implementação exige previsão em convenção ou acordo coletivo entre empregados e empregadores. Com esta modalidade, no ano de 2002, foram beneficiados 7,7 mil trabalhadores com um gasto de R\$ 7,5 milhões.

O programa Assistência ao Trabalhador tem por objetivo proporcionar renda suplementar ao trabalhador mediante concessão dos benefícios previstos em lei: Abono Salarial e Alimentação ao trabalhador.

O abono salarial³ consiste no pagamento anual de um salário-mínimo a todo empregado que tiver trabalhado pelo menos trinta dias em empresas, entidades privadas e órgãos públicos, contribuintes do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, no ano de

³O Abono Salarial é um benefício previsto no texto constitucional em seu artigo 239, § 3º, combinado com o artigo 9º da Lei 7.998/1990.

referência. Para recebê-lo, o empregado, cujas remunerações médias mensais não tenham excedido dois salários-mínimos no período, também deve estar cadastrado há pelo menos cinco anos no Programa.

No período de 1995 a 2002, foram pagos mais de 44 milhões de benefícios, com um dispêndio total de R\$ 5,57 bilhões por conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador, em valores nominais. No que se refere ao exercício de 2002, dados preliminares de janeiro a dezembro indicam que praticamente 6,5 milhões de trabalhadores receberam o abono, tendo sido despendidos quase R\$ 1,3 bilhão com recursos FAT e do Fundo de Participação do PIS/PASEP.

Com relação ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, as empresas são estimuladas a fornecer alimentação ao trabalhador, obtendo o benefício quanto à dedução das despesas no imposto de renda devido em até 4%. Melhorando as condições nutricionais dos trabalhadores, o PAT garante ganhos de qualidade de vida, de produtividade e contribui para a redução dos acidentes no trabalho. O número de empresas que aderiram ao programa atingiu em 2002, 116 mil empresas, beneficiando um total de 8.783.772 trabalhadores. No período de 1994 a 2001 foi de 147% o aumento de empresas que aderiram ao PAT, resultado de um incremento de 52% no número de trabalhadores beneficiados nesse período. Para 2003, estima-se que esses números sejam de 135 mil empresas e 12 milhões de trabalhadores.

ANO	TRABALHADORES BENEFICIADOS	EMPRESAS PARTICIPANTES
1994	5.376.322	43.265
1995	5.776.633	54.208
1996	6.022.186	65.083
1997	6.134.623	68.994
1998	6.537.354	73.020
1999	6.605.271	73.339
2000	7.585.313	95.325
2001	8.183.772	106.721
2002	8.783.772	116.000

O programa Trabalho Seguro e Saudável combina ações de natureza educativa, preventiva, de fiscalização do cumprimento das normas de segurança e de saúde no trabalho, bem como pesquisas sobre doenças e acidentes nessa área, promovendo campanhas e distribuição de publicações técnico-científicas, didáticas e institucionais sobre segurança e saúde do trabalhador.

Tem por objetivo reduzir a incidência de acidentes e de doenças decorrentes da atividade ocupacional. Os indicadores mais expressivos do programa são: Taxa de acidentes decorrentes do trabalho, Taxa de mortalidade por acidente de trabalho, e Taxa de doenças relacionadas ao trabalho.

O Programa Trabalho Seguro e Saudável viabiliza, por meio de ações e projetos, a permanente redução dessas taxas, como verificado na aplicação do PROGRAMA NACIONAL DE REDUÇÃO DE ACIDENTES FATAIS – PNRAFT, que congrega 10 projetos desenvolvidos em parceria com a sociedade para intensificar a redução quantitativa desses indicadores, bem como ampliar a perspectiva de melhoria da qualidade de vida no trabalho.

A formulação de diretrizes para o Programa Nacional de Redução de Acidentes Fatais de Trabalho e sua implementação são acompanhadas pela Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP, instituída em 1996 pela Portaria MTb nº393.

Considerando ainda a interdisciplinaridade e interinstitucionalidade existente entre as ações desenvolvidas pelas pastas do Trabalho, Previdência, Saúde e Meio Ambiente, foi instituído mediante a Portaria INTERMINISTERIAL Nº 52, de 10/07/02, o Comitê Interministerial Gestor do PNRAFT com o envolvimento desses Ministérios e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO, numa política baseada na convergência de esforços com vários segmentos governamentais e parcerias para potencializar os resultados desse programa.

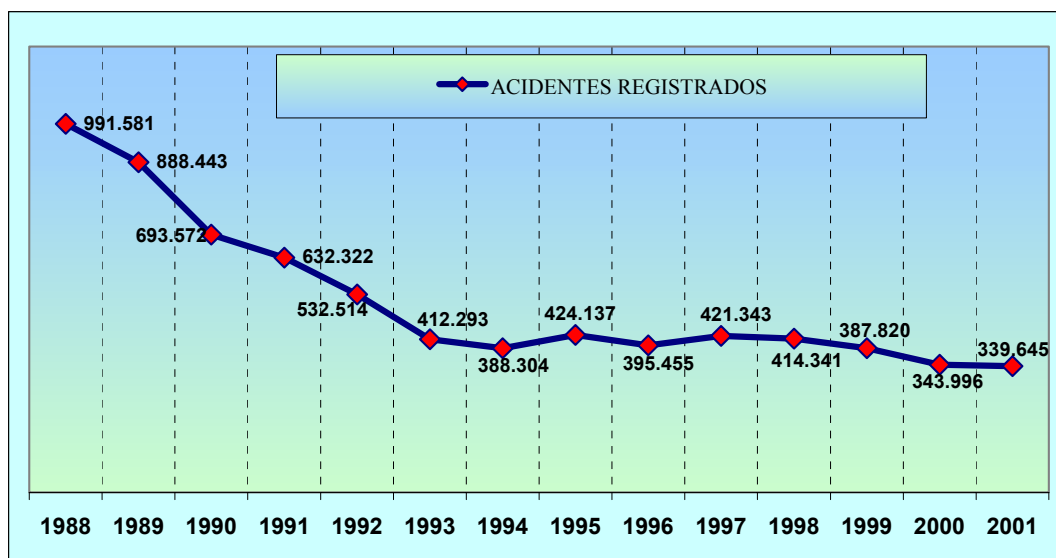
Conforme dados da evolução dos indicadores de acidentes, verifica-se que, entre 1998 a 2001, houve uma redução de 38,67% na taxa de mortalidade, de 25,42% na taxa de acidentes de trabalho e 47,91% na taxa de doenças do trabalho, o que indica possibilidades de alcance da meta proposta. A seguir, serão demonstrados tabela e gráficos que indicam a redução:

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE ACIDENTES

ANO	COMPARAÇÃO DOS DADOS	ACIDENTES/1.000 EMP.	DOENÇAS DO TRABALHO /10.000 EMPREGADOS	MORTALIDADE/100.000 EMPREGADOS
1999	1998-1997	21,55	15,86	19,73
2000	1999-1998	19,98	12,31	20,07
2001	2000-1999	16,90	9,39	15,19
2002	2001-2000	16,07	8,26	12,10

Fonte: MPAS/RAIS

ÓBITOS DECORRENTES DE ACIDENTES DE TRABALHO



Fonte: MPAS/RAIS

No que refere ao serviço de análise laboratorial em segurança e saúde do trabalhador destacam-se, entre os mais importantes, as Avaliações ambientais e dos sistemas de exaustão de 5 galvânicas de cromo duro; Avaliação biológica de 120 trabalhadores de fundições em Loanda/PR, numa investigação para verificação do nível de contaminação dos trabalhadores pelos metais chumbo, cromo, níquel, manganês e arsênio; Realização de análises de amostras de fluidos biológicos por espectrometria de absorção atômica com forno de grafite, de análises de cromo no ar por cromatografia iônica, de sílica livre cristalizada, de medidas de tamanho de partículas e análise gravimétrica em amostras de poeira, análise de metais pesados em fluidos biológicos de trabalhadores e amostras de ar ambiente; Realização de ensaios em Equipamentos de Proteção Individual – EPI; e Realização de testes de intoxicação de trabalhadores por agrotóxico, testes de resposta de trabalhadores a agentes causadores de alergia, testes para avaliação da capacidade respiratória de trabalhadores, testes para diagnóstico de patologias orgânicas feitos por raios-X, ressonância magnética nuclear, entre outros tipos de avaliação clínica.

Quase metade do número total de laudos emitidos pela FUNDACENTRO se refere aos serviços laboratoriais prestados para teste de eficiência e qualidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para trabalhadores. A partir dos resultados destes testes os fabricantes buscam junto ao DSST/MTE o Certificado de Aprovação (CA) para comercialização dos equipamentos.

Outra grande demanda por laudos advém do Ministério Público com quem a FUNDACENTRO mantém acordos de cooperação, visando equacionar solução para diversos problemas coletivos de saúde e segurança do trabalhador.

O laboratório de ensaios de EPI da FUNDACENTRO está em funcionamento há mais de 20 anos. A crescente demanda de solicitações de ensaios e o surgimento de novos tipos de equipamentos, principalmente em função da abertura do mercado brasileiro, fez com que o Ministério do Trabalho e Emprego passasse a credenciar outros laboratórios de ensaios que fossem capazes de atender às necessidades do setor. Desde 1994 o DSST já

credenciou 12 laboratórios para a realização de ensaios em diversos tipos de EPI, tais como calçados de segurança, equipamentos de couro, protetores auditivos, cremes de proteção para a pele.

As ações educativas no âmbito da segurança e saúde do trabalhador são realizadas por meio de campanhas, as quais representam fundamental instrumento no desempenho desse programa e que, juntamente com o conjunto de Seminários Nacionais estruturados com ampla divulgação na mídia, permite a identificação e o debate das questões prioritárias. Foram realizados seminários direcionados aos setores de agricultura, pecuária e exploração florestal; mineração; elétrico; saneamento ambiental; grandes acidentes industriais ; portuário e aquaviário, bem como 26 Campanhas nacionais de prevenção de acidentes do trabalho - CANPAT em 26 Unidades da Federação, sendo beneficiados com essas ações aproximadamente 30.000 trabalhadores.

Relações do Trabalho, Normatização e Fiscalização

Para alcançar os resultados previstos, o programa Trabalho Seguro e Saudável implementa ações de fiscalização dos ambientes e condições de trabalho, com a adoção de modelos alternativos e de abordagens estratégicas do ato de fiscalizar na busca de sua otimização e efetividade, quais sejam: fiscalização com acompanhamento sindical; notificação coletiva; fiscalização anunciada; emissão de ordens de serviços dirigidas; fiscalização indireta; valorização do embargo e interdição; realização de acordos intersetoriais; realização de negociação coletiva por câmaras setoriais e mesas de entendimento.

Como estratégia são estabelecidas metas mobilizadoras para as ações de fiscalização, obtidas com parcerias atuantes, separando os Estados por Regiões, e a identificação das atividades econômicas de maior incidência de problemas. A meta nacional selecionada teve como foco o Setor Rural que, em 2001 representava 4% do total de fiscalizações, ampliando-se para 6% em 2002. Outra meta nacional foi estabelecida segundo a geografia de risco no Brasil e é chamada de Meta Macrorregional, tendo apontado os seguintes Setores Econômicos por Região: Setores de Metalurgia, Indústria de Alimentos, Madeireiro, Mineração, Têxtil e Vestuário, e Setor Saúde, Saneamento, Água e Energia.

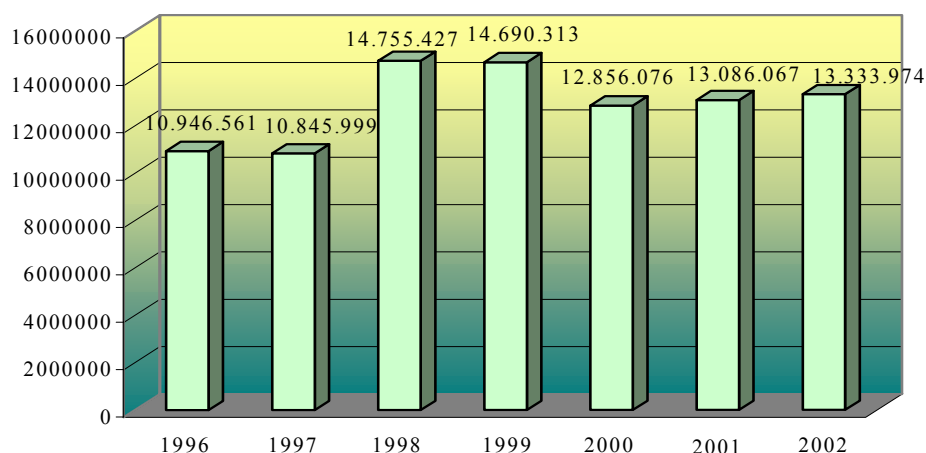
A partir de 2001 vinculou-se formalmente a observação das metas estabelecidas nos Programas à remuneração dos Auditores Fiscais do Trabalho. Também são desenvolvidos projetos especiais para atingir esse objetivo, tais como: Auditoria Estratégica, Auditoria Focada, Prioridades em função da Taxa de Mortalidade e Análise de Acidentes Fatais.

As inspeções alcançaram até dezembro de 2002 um universo de 13.333.974 trabalhadores. O Ministério está voltado para reduzir paulatinamente as metas quantitativas, visando agregar a elas critérios qualitativos. A tabela a seguir apresenta os dados da fiscalização no Brasil na área de segurança e saúde no trabalho, período de 1996 a 2002.

ANO	FISCALIZAÇÕES	TRABALHADORES ALCANÇADOS	TRABALHADOR/ AÇÃO FISCAL
1996	101.112	10.946.561	108,2617
1997	140.799	10.845.999	77,03179
1998	160.950	14.755.427	91,67709
1999	163.882	14.690.313	89,63958
2000	139.515	12.856.076	92,14834
2001	127.414	13.086.067	102,70509
2002	125.390	13.333.974	106,34001

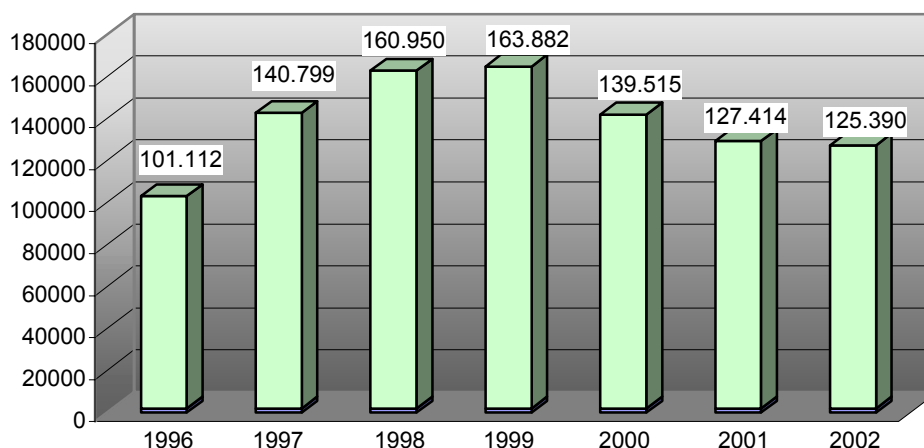
Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho – DSST/SIT/MTE .

**TOTAL DE TRABALHADORES ALCANÇADOS
- 1996 a 2002**



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho – DSST/SIT/TEM

**TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS
PERÍODO DE 1996 a 2002**



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho – DSST/SIT/MTE.

Em todos os procedimentos da inspeção do trabalho busca-se a regularização. Os Autos de Infração, os Embargos e as Interdições continuam sendo importantes, mas a regularização é o foco maior e, para tanto, as negociações são estimuladas.

No que se refere à Normatização, foram construídas e modificadas, no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, normas importantes com a Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP. Entre as concluídas estão a Norma Regulamentadora nº 16 – Atividades e Operações Perigosas; Norma Regulamentadora nº 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Norma Regulamentadora nº 29 – Segurança e Saúde no Trabalho Portuário. Em Negociação: NR 04 - Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho; NR 16 - Sistema de Proteção para o Abastecimento de Aeronaves; NR Rural; NR 10 - Setor Elétrico; NR 30 - Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário; Norma Regulamentadora Rural. Em Elaboração: NR 20 - Líquidos Combustíveis e Inflamáveis; NR - 15 - Anexo 6 / Trabalho Hiperbárico; NR 31 - Trabalhos em Ambientes Confinados, NR 32 - Norma Regulamentadora do Setor Hospitalar.

Em atendimento às prioridades estabelecidas por este Ministério no Plano Plurianual – PPA 2000/2003 e no Planejamento 2002, qual seja implementar suas ações de auditoria fiscal no País, foi instituído o Programa de Capacitação Continuada dos Auditores Fiscais do Trabalho. O programa objetiva o aperfeiçoamento contínuo desses profissionais, de forma que estejam acompanhando os processos de mudanças no mundo do trabalho e seus reflexos nos ambientes, nas condições e na gestão do trabalho.

O programa Trabalho Legal tem como objetivo assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas e estimular a negociação e a cooperação entre trabalhadores e empregadores. Nesse sentido, o Ministério do Trabalho e Emprego tem priorizado esforços para a adesão da formalização dos contratos de trabalho, de modo a estender as garantias trabalhistas e previdenciárias àqueles desamparados do sistema laboral legal. A inspeção do trabalho vem adotando novos mecanismos para facilitar a regularização da situação de trabalhadores nas empresas, tais como as mesas de entendimento e o estímulo ao consórcio de empregadores.

A intensificação da fiscalização do trabalho conseguiu registrar em sua ação fiscal, no período de janeiro de 1996 a dezembro de 2002, um total de 2.698.491 trabalhadores, inicialmente desprotegidos.

ANO	N.º FISCAIS	EMPRESAS FISCALIZADAS	EMPREGADOS ALCANÇADOS	EMPRESAS AUTUADAS	EMPRESAS FISCALIZADAS/FISCAL	
					MÉDIA ANUAL	MÉDIA MENSAL*
1990	3.285	414.875	22.721.411	82.521	126,29	11,48
1991	2.948	327.398	18.784.232	85.963	111,05	10,09
1992	2.531	321.741	19.746.980	87.868	127,12	11,55
1993	2.356	384.562	23.815.673	112.949	163,22	14,83
1994	2.139	407.732	23.650.843	100.632	190,61	17,32
1995	1.960	420.893	19.070.982	94.208	214,74	19,52
1996	2.774	404.755	15.955.168	91.852	145,91	13,26
1997	2.589	369.315	17.075.038	107.962	142,64	12,96
1998	2.398	315.605	18.014.488	94.801	131,61	11,96
1999	2.470	347.380	17.842.511	88.297	140,63	12,78
2000	2.420	353.617	19.116.793	83.246	146,12	13,28
2001	2.399	296.741	17.707.443	81.057	123,69	11,24
2002	2.371	304.254	19.934.822	76.113	128,32	11,66
TOTAL		4.668.868	253.436.384	1.187.469		

Fonte: SFIT/DEFIT/SIT/MTE.

* Média Mensal 11 meses.

Merece destaque ainda, o impacto da fiscalização do trabalho sobre o FGTS, pois a arrecadação global que tinha uma média de R\$ 600 milhões mensais em 1995, alcançou em 2002 uma média superior a R\$ 1,8 bilhão mensais. O exame do desempenho de sua arrecadação nos últimos anos mostra tendência consolidada de crescimento.

Visando a obtenção de resultados qualitativos, foi redirecionado o planejamento, priorizando as ações com maior efetividade para o aumento de formalizações de empregados registrados durante a ação fiscal. Para tanto, além de criar novos procedimentos, como a mesa de entendimento, o planejamento foi baseado no estudo de diversos bancos de dados disponíveis sobre o comportamento do mercado de trabalho, levando em consideração os setores que despontam com altos índices de informalidade como: agrícola, construção civil, serviços e comércio. As estratégias utilizadas foram diferenciadas, para se adequarem às particularidades setoriais. Um exemplo disso é o sucesso obtido com a criação do projeto “Condomínio de Empregadores Rurais” na regularização dos direitos dos trabalhadores rurais.

A formalização do contrato de trabalho tem reflexo tanto na integração do trabalhador a todos os ditames celetistas como férias, hora-extra, 13º salário, FGTS e seguro-desemprego, como também nas contas previdenciárias, repercutindo nas respectivas contribuições e nas fazendas com as incidências tributárias.

Com base nos dados apresentados, pode-se constatar que, mesmo havendo uma diminuição do número de Auditores Fiscais do Trabalho e das empresas fiscalizadas, o número de trabalhadores registrados e de trabalhadores alcançados na ação fiscal aumentou significativamente.

ANO	Nº FISCAIS	Nº EMPRESAS FISCALIZADAS	Nº EMPREG. ALCANÇADOS	Nº EMPREG. REGISTR. SOB AÇÃO FISCAL	Nº EMPRESAS AUTUADAS	AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	TREF (%)
1996	2.774	404.755	15.955.168	268.558	91.852	101.485	64,85
1997	2.589	369.315	17.075.038	321.609	107.962	121.428	66,26
1998	2.398	315.605	18.014.488	261.274	94.801	107.697	69,10
1999	2.470	347.380	17.842.511	249.795	88.297	101.216	74,45
2000	2.420	353.617	19.116.793	525.253	83.246	95.828	80,94
2001	2.399	296.741	17.707.443	516.548	81.057	93.552	82,31
2002	2.371	304.254	19.934.822	555.454	76.113	92.988	84,89
TOTAL		2.391.667	125.646.263	2.698.491	623.328	714.194	

A Taxa de Regularização em Estabelecimentos Fiscalizados - que corresponde à relação percentual entre o número de itens da legislação trabalhista irregulares regularizados na ação fiscal pelo número de itens da legislação trabalhista encontrados em situação irregular previa um índice final para o PPA de 80%, superado já em 2001 quando alcançado o percentual de 82,31%.

As Comissões de Conciliação Prévia – CCP estão entre as prioridades do Ministério, cujo acompanhamento é realizado pela Secretaria de Relações de Trabalho, incumbida de todas as atividades relacionadas à matéria, com destaque para o tratamento e intercâmbio de informações referentes ao funcionamento das Comissões, bem como para as ações de orientação e capacitação de trabalhadores e empregadores.

Com base nos Acordos e Convenções Coletivas depositados, há registro de 1.410 Comissões de Conciliação Prévia em todo o Brasil. Deste total, 1006 Comissões foram constituídas mediante acordo entre sindicatos, caracterizando-as como intersindicais. Contudo, cabe a ressalva de que não há obrigatoriedade legal de que as Comissões de Conciliação Prévia informem ao MTE.

Visando divulgar as medidas adotadas pelo Governo Federal, bem como orientar o público acerca dos procedimentos de solução extrajudicial de conflitos trabalhistas, em especial as CCP, foram promovidas reuniões técnicas, seminários e palestras em treze Unidades da Federação, com a presença de representantes do Judiciário, Ministério Público, Sindicatos de Trabalhadores e Sindicatos de Empregadores.

A Assistência à Rescisão do Contrato de Trabalho é uma atividade prevista na CLT e desempenhada pelos Sindicatos de Trabalhadores e pelo MTE. Até outubro de 2002 haviam sido registrados 407.073 atendimentos em todas as DRT. Objetivando dotar as entidades sindicais de meios para prestação de uma assistência mais rápida e segura, bem como possibilitar uma melhor alocação dos recursos disponíveis para prestação do serviço pelas Delegacias, a Secretaria de Relações do Trabalho está implantando o Sistema HOMOLOGNET, dividido em duas fases:

- A primeira fase, já concluída, consiste num aplicativo de informática que possibilita às entidades sindicais o cálculo das verbas rescisórias com base na CLT e nos Acordos e Convenções Coletivas firmados, de maneira rápida, segura e uniforme. O aplicativo está disponível gratuitamente nas Delegacias Regionais do Trabalho.

- A segunda fase, em desenvolvimento, compreende a implementação da simulação de cálculos rescisórios e o agendamento da Assistência nas DRT via *internet*, propiciando uma melhor alocação dos recursos disponíveis nas Unidades Descentralizadas para prestação do serviço.

No sentido de orientar e capacitar os servidores do MTE na referida Assistência, foi editada Instrução Normativa n.º 3/2002, bem como foram promovidos Cursos de Formação de Instrutores Multiplicadores para Assistência e Homologação nas Rescisões de Contrato de Trabalho em Santa Catarina, Pernambuco, Pará e Espírito Santo, formando 110 multiplicadores que orientarão os servidores em seus Estados.

Foram depositados 17.441 acordos e convenções coletivas de trabalho e negociações coletivas nas diversas delegacias, o que denota o avanço na auto composição dos conflitos trabalhistas, passo importante para a implementação do modelo negocial.

Na área da Mediação de Conflitos Trabalhistas, foram realizados em 2002, cinco cursos de capacitação de mediadores, no Distrito Federal, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, capacitando 610 mediadores dentre servidores do MTE e representantes indicados por entidades representativas de trabalhadores e empregadores. Foram realizadas 9.440 mediações de conflitos coletivos de trabalho nas Delegacias e na Sede.

A implantação do Sistema de Informações sobre Relações do Trabalho – SIRT neste exercício viabilizará a elaboração do Mapa Estratégico das Relações do Trabalho no país, contendo informações acerca das atividades de mediação e conciliação de conflitos trabalhistas, homologação de rescisões de contrato de trabalho, depósitos de instrumentos coletivos de trabalho (Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho), instalação e funcionamento de Comissões de Conciliação Prévia, acompanhamento de negociações coletivas e informações sobre greves.

Trata-se de um sistema informatizado que permite a atualização em tempo real de todas as atividades desempenhadas pelas Seções e Setores de Relações do Trabalho, nas Delegacias Regionais do Trabalho e Subdelegacias do Trabalho interligadas na rede lógica do MTE. O Sistema permitirá ainda a digitalização dos instrumentos coletivos depositados, configurando uma base de dados sobre Acordos e Convenções Coletivas depositados. Foram adquiridos 109 *scanners* que estão em fase de instalação na Sede e nas Unidades Descentralizadas, para digitalização de Acordos e Convenções Coletivas.

No aspecto referente à normatização, destaque-se a edição de alguns atos importantes no período: a Portaria n.º 50, de 31/01/02 - aprova modelo de certidão de registro sindical; o Decreto 4.134, de 15/02/02 - promulga a convenção 138 e a Recomendação 146 da OIT sobre idade mínima de admissão ao emprego; a Portaria 264, de 05/06/02 - dispõe sobre normas para o acompanhamento das Comissões de Conciliação Prévia; a Portaria 265, de 06/06/02 - estabelece normas para a atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel; a Portaria SRT/MTE n.º 2, de 12/07/02 - dispõe sobre a forma de produção de dados estatísticos, levantamentos e identificação de irregularidades no funcionamento das Comissões de Conciliação Prévia; a Lei 10.537, de 27/08/02 - altera os artigos 789 e 790 da CLT; a Portaria 347, de 28/08/02 - institui comissão tripartite para efetuar análise das Convenções 178 e 185; a Portaria 367, de 18/09/02 - dispõe sobre denúncias contra a prática discriminatória com relação às ações de trabalhadores na Justiça do Trabalho.

Ainda, no âmbito das Relações do Trabalho, o Ministério integra, como representante do Governo brasileiro a Comissão Sociolaboral do Mercosul - CSL, órgão tripartite, instituído pelo Grupo Mercado Comum - GMC mediante a Resolução n.º 15/99, para promover a aplicação da Declaração Sociolaboral do Mercosul - direitos e compromissos fundamentais do trabalho na região, firmada pelos Presidentes dos Estados Partes em 10 de dezembro de 1998, no Rio de Janeiro. No 2º semestre, a representação governamental coordenou a CSL em virtude do exercício da Presidência Pro Tempore do Mercosul pelo Brasil.

Entre as principais atividades realizadas em 2002, destacam-se: (i) a participação na XI e XII Reuniões Ordinárias, celebradas, respectivamente, em Buenos Aires (6-8/5) e em Brasília (25-27/11); (ii) a elaboração das memórias e relatórios nacionais sobre os artigos 6º- Trabalho infantil, 13 - Diálogo social e 14 - Fomento do emprego da Declaração, de que resultou, como feito mais notável, a Declaração Presidencial sobre Erradicação do Trabalho Infantil, adotada na Cúpula de Buenos Aires de 5 julho de 2002; (iii) a elaboração da metodologia de seguimento das resoluções do GMC relacionadas com os dispositivos da Declaração; (iv) a matriz de relatórios consolidados sobre as memórias nacionais; e (v) o Programa de Trabalho 2003, para elevação ao GMC.

A Secretaria de Relações do Trabalho coordena, em nome do MTE, o Subgrupo de Trabalho - “Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social”- SGT 10, órgão tripartite de apoio técnico ao GMC e encarregado do exame dos componentes sociolaborais da integração e da proposição de medidas compatíveis com o processo de integração regional. Em 2002, merecem destaque as seguintes atividades: (i) a realização da XV e da XVI Reuniões Ordinárias, celebradas, respectivamente, em Buenos Aires (8-10/5) e Brasília (27-29/11); (ii) o estudo comparado das legislações trabalhistas pertinentes a igualdade entre mulheres e homens, trabalho infantil, formação profissional e desenvolvimento de recursos humanos e fomento do emprego, bem como das convenções da OIT e dos tratados internacionais relacionados com os direitos inscritos na Declaração; (iii) o novo desenho da página web e a ampliação da base de dados do Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul; (iv) o Seminário de Lançamento do Informe do Mercado de Trabalho Regional n.º 2; (v) o avanço na pesquisa sobre o trabalhador fronteiriço; (vi) o Repertório de Recomendações Práticas para a Formação Profissional e o Glossário de Formação Profissional; (vii) o Documento Mercosul sobre Saúde e Segurança no Trabalho; (viii) a conclusão da Pesquisa sobre as Condições de Trabalho no Setor de Transporte Rodoviário de Cargas no Mercosul; e (ix) o Programa de Trabalho de 2003, focado sobre a circulação de trabalhadores, combate ao trabalho infantil e emprego.

A *CSL* e o *SGT 10* analisaram propostas de reestruturação e concluíram o projeto Dimensão Sociolaboral do Mercosul (União Européia – Mercosul) e seu regulamento institucional.

Em função do seu papel no Mercosul, o Ministério do Trabalho, por meio de sua Secretaria – SRT, desempenhou outras ações vinculadas à integração regional, com destaque para: (i) a participação na Reunião de Ministros do Trabalho do Mercosul, Bolívia e Chile, em Buenos Aires (23 de maio), em que se adotou a coordenação de posições do bloco na 90ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT e uma declaração contra os efeitos nocivos dos subsídios agrícolas na economia e no emprego nos países da região; (ii) a exposição no seminário Dimensões laborais do livre comércio: a perspectiva das Américas – XII Conferência dos Ministros de Trabalho da OEA, em Santo Domingo - República Dominicana (9 a 11 de abril); e (iii) a discussão com outros foros do Mercosul de acordos e medidas com implicações no mundo laboral, a exemplo do Visto Mercosul e de outras matérias.

No que concerne à promoção da cidadania, uma das principais ações é o combate ao trabalho escravo e degradante, executado em articulação com diferentes órgãos do Governo e entidades da sociedade civil. O programa Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante conta com importante atuação da fiscalização na libertação dos trabalhadores, penalizando administrativamente os responsáveis e encaminhando os relatórios para o Ministério Público do Trabalho, que promove as ações pertinentes no âmbito judicial, inclusive com responsabilização criminal.

As ações de combate ao trabalho escravo têm sido intensificadas nos últimos anos. O produto desse esforço é a libertação de grandes contingentes de trabalhadores escravizados, realizada durante as operações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM, criado pelas Portarias/MTE 549 e 550, ambas de 14/07/1995. Para tornar mais eficaz as intervenções do GEFM, o Ministério do Trabalho e Emprego investiu na aquisição de novos veículos, computadores, rádios-transmissores, GPSs (*Global Positioning System* – Sistema de Posicionamento Global), aparelho de telefonia celular, via satélite, dentre outros.

O GEFM é o braço operacional do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado – GERTRAF, (Decreto 1538, de 27/06/1995) e conta com a participação de Auditores-Fiscais do Trabalho especificamente destacados. As operações do GEFM são realizadas mediante denúncia e têm a sua segurança garantida por agentes da Polícia Federal.

ANO	Nº DE TRABALHADORES LIBERTADOS	N.º DE OPERAÇÕES
1995	150	12
1996	288	28
1997	220	21
1998	119	18
1999	639	18
2000	583	26
2001	1433	33
2002	1.741	34
TOTAL	5.173	190

Nessa direção, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT com base na Medida Provisória Nº 74, de 23/10/02, estabeleceu critérios relativos à integração das ações de concessão do Seguro-Desemprego e de Assistência, para assegurar o pagamento deste benefício ao trabalhador resgatado da condição análoga a de escravo.

Ainda, no âmbito da fiscalização, o Ministério coordena e executa ações cujo programa está sob a gerência de outros ministérios, como é o caso do programa Erradicação do Trabalho Infantil, inserido nesse contexto. A inspeção ocorre por meio de Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – GECTIPA, sediados nas Delegacias Regionais do Trabalho – DRT em cada unidade da Federação. Aos GECTIPA compete atuar prioritariamente nas ações de erradicação do trabalho infantil. Cabe a esse Grupo a notificação e posterior fiscalização das quotas de aprendizagem a serem cumpridas pelas empresas de todo o país, visto que a aprendizagem é uma alternativa de formação profissional para adolescentes a partir dos 14 anos.

Os esforços do Ministério do Trabalho e Emprego contribuíram para a significativa redução do trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos. De acordo com os dados apresentados pela PNAD 2001, verifica-se que na última década a incidência de trabalho infantil no país recuou em percentual superior a 45%.

Conforme quadro a seguir, verifica-se o quantitativo de pessoas ocupadas de 5 a 14 anos no Brasil que trabalharam pelo menos uma hora na semana (referência da pesquisa: última semana completa do mês de setembro):

ANO	CRIANÇAS DE 5 A 9 ANOS	CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS	TOTAL
1992	613.843	3.478.737	4.092.580
1993	526.212	3.431.764	3.957.976
1995	518.770	3.269.553	3.788.323
1998	402.016	2.485.489	2.887.505
1999	375.376	2.532.965	2.908.341
2000*	383.251	2.587.281	2.970.532
2001	296.705	1.935.269	2.231.974

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

*Números corrigidos com base no Censo 2000

Relativamente à normatização, além dos relacionados à atividade de fiscalização, cabe registrar a promulgação do Decreto 4.229, de 13/05/02, que dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, a Portaria 365, de 12/09/02 a qual institui a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI e a Portaria 367, de 18/09/02 que dispõe sobre denúncias contra a prática discriminatória com relação as ações de trabalhadores na Justiça do Trabalho.

Da mesma forma, está presente nas Relações de Trabalho e na Fiscalização a multissetorialidade entre o Ministério do Trabalho e o Ministério dos Transportes para desenvolver as ações do Programa de Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário. Foram criadas a Unidade Especial e Unidades Regionais de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário, compostas por cerca de 60 Auditores Fiscais do Trabalho com treinamento especializado, que são executores da política nacional sobre relações de trabalho portuário. O objetivo é acompanhar a implementação do modelo instituído pela Lei nº 8.630/93, fiscalizando a administração e o fornecimento de mão-de-obra pelos Órgãos Gestores de Mão-de-Obra – OGMO nos portos organizados, verificando as condições de trabalho, especialmente normas de segurança e saúde.

Na fiscalização do trabalho aquaviário, grande parte é desenvolvida em colaboração com a Diretoria de Portos e Costas/Comando da Marinha e o foco é no registro, principalmente na pesca, na segurança e saúde no trabalho, inclusive nas plataformas de petróleo, e na proteção do mercado de trabalho do aquaviário brasileiro. Para isso se inspeciona até as embarcações estrangeiras, baseados na Convenção nº 147 da OIT e na Portaria MTE nº 210, de 20 de abril de 1999.

Em se tratando de uma atividade globalizada, existem cerca de 30 Convenções sobre trabalho marítimo, quase todas ratificadas pelo Brasil, atualmente em fase de consolidação em uma só Convenção Marítima, em elaboração por um Grupo de Trabalho de Alto Nível do qual o Brasil faz parte.

Os objetivos atuais são: intensificar a fiscalização dirigida nas áreas portuária e aquaviária; aumentar o controle no rodízio das ofertas de trabalho portuário, promovendo a divisão igualitária do trabalho; combater a terceirização irregular nos portos e embarcações e intensificar a participação da fiscalização na mediação de conflitos, também fortalecendo o processo de negociação coletiva.

Fomento ao Trabalho

Com recursos do FAT são financiadas iniciativas voltadas para o fomento do trabalho como o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER. Esse programa tem como objetivo prover crédito às pequenas e microempresas, além de cooperativas e associações de produção.

O programa prevê a vinculação das operações de crédito a ações de capacitação técnica e gerencial, assim como a participação dos atores relevantes para o mercado de trabalho local, por meio das comissões estaduais e municipais de emprego. As operações de crédito têm como agentes financeiros o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a CAIXA, o BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Deve-se observar, entretanto, que a operacionalização da vinculação entre operações de crédito e ações de capacitação (crédito assistido) é incipiente e requer melhoras na atuação do MTE e dos agentes financeiros, ao mesmo tempo em que devem ser feitos esforços no sentido da melhor articulação das ações de fomento ao emprego com as ações de proteção e benefícios ao trabalhador e qualificação profissional. A própria sistemática de acompanhamento e avaliação de resultados, especialmente quanto à geração de empregos, deve ser melhorada.

Em relação às operações do PROGER, percebe-se um aumento do valor médio por contrato nos casos do PROGER Urbano. O PROGER Rural e o PRONAF⁴ mantiveram os valores médios por contrato.

O Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER continua sendo um importante elemento dinamizador do Programa, desde seu lançamento em maio de 2000.

PROGER – APLICAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMAS	2001			2002 *		
	VALOR CONTRATADO R\$ MIL	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR MÉDIO R\$ 1	Valor Contratado R\$ mil	Número De Operações	Valor Médio R\$ 1
URBANO	751.636,27	98.396	7.638,89	1.092.612	122.685	8.905,84
RURAL	126.807,98	13.229	9.585,61	533.078	54.391	9.800,85
PRONAF	1.603.679,94	624.439	2.568,19	1.649.509	612.018	2.695,20
TOTAL	2.482.124,19	736.064	3.372,16	3.275.201	789.094	4.150,58

Fonte: CGEM/MTE.

* Dados realizados de janeiro a dezembro de 2002.

Tradicionalmente a Região Sul concentra a maior quantidade de operações, bem como possui o maior valor contratado, devido ao grande número de operações voltadas para o setor rural, especialmente do PRONAF.

TOTAL DOS PROGRAMAS, POR REGIÃO EM 2002

REGIÃO	VALOR (R\$ mil) CONTRATADO	QUANTIDADE OPERAÇÕES	VALOR MÉDIO em R\$ / CONTRATO
NORTE	161.071,67	35.135	4.584,41
NORDESTE	359.218,13	142.012	2.529,50
CENTRO-OESTE	203.000,97	31.855	6.372,62
SUDESTE	844.807,79	129.864	6.505,32
SUL	1.713.008,75	451.113	3.797,29
TOTAL	3.281.107,32	789.979	4.153,41

Fonte: CGEM/MTE

Outra iniciativa para geração de emprego e renda, além do PROGER, é o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO, instituído por meio das Resoluções CODEFAT n.º 103, de 06 de março de 1996, e n.º 104, de 17 de abril de 1996. O programa é executado com a alocação de recursos em depósitos especiais, excedentes à reserva mínima de liquidez, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Estes recursos estão sendo destinados ao financiamento de investimentos em: transporte coletivo de massa, saneamento ambiental, infra-estrutura turística, obras de infra-estrutura voltadas para a melhoria da competitividade do País e revitalização de subsetores industriais em regiões com problemas de desemprego.

Os recursos do FAT alocados no programa são de R\$ 3,5 bilhões. Como o BNDES destina R\$ 2,5 bilhões, e os tomadores dos empréstimos destinam R\$ 3,0 bilhões, a título de contrapartida, o montante total de recursos destinados ao Programa é de R\$ 9,0 bilhões.

⁴ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, cujo público-alvo é o agricultor familiar e associações de produção. Esse programa foi criado mediante Decreto nº 1.946, de 28/06/1996, cuja coordenação foi atribuída ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, hoje Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A Resolução CODEFAT n.º 207, de 29/04/99, ampliou o programa, criando o PROEMPREGO II, que possui dois conjuntos distintos de investimentos com elevado potencial de geração de empregos: o subprograma Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador, com investimentos em saúde, saneamento ambiental, educação, transporte coletivo de massa, programa de melhoria da administração tributária municipal e projetos multissetoriais integrados; e o subprograma Expansão do Emprego, com investimentos em comércio e serviço, energia, telecomunicações, infra-estrutura viária e construção naval, pequenas e médias empresas e apoio a atividades de exportação. O montante de recursos já alocado é de R\$ 2 bilhões, dos R\$ 3,5 bilhões que foram destinados. A participação do BNDES e a contrapartida são de valores idênticos aos do PROEMPREGO I.

Foi aprovada pelo CODEFAT, por meio da Resolução CODEFAT nº 289, a terceira fase do PROEMPREGO ou PROEMPREGO III, que prevê investimentos da ordem de R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões do FAT, R\$ 4,5 bilhões do BNDES e R\$ 6 bilhões de contrapartida das empresas beneficiárias. Os setores a serem atendidos pelo PROEMPREGO III são: energia elétrica, transportes, saneamento e turismo. Os recursos serão aplicados no período de 2002 a 2004, sendo que neste segundo semestre de 2002 foram liberados R\$ 1,5 bilhão do FAT.

No PROEMPREGO I, os setores que mais demandaram financiamentos foram Infra-estrutura para a melhoria da competitividade e Transporte coletivo de massa, quando se considera os desembolsos acumulados até junho de 2002.

PROEMPREGO I - DESEMBOLSOS ACUMULADOS POR SUBPROGRAMA R\$ MILHÕES

SUBPROGRAMA	ACUMULADO ATÉ SETEMBRO DE 2002	Em percentual
TRANSPORTE COLETIVO DE MASSA	3.988	42,6%
INFRA-ESTRUTURA PARA A MELHORIA DA COMPETITIVIDADE	3.386	36,2%
SANEAMENTO AMBIENTAL	1.033	11,0%
INFRA-ESTRUTURA PARA O TURISMO	707	7,5%
REVITALIZAÇÃO DE SETORES INDUSTRIAIS	251	2,7%
TOTAL	9.365	100,0%

Fonte: CGEM/MTE.

No PROEMPREGO II, os principais subprogramas foram Exportações, Telecomunicações, Energia e Comércio e Serviços.

PROEMPREGO II - DESEMBOLSOS ACUMULADOS POR SUBPROGRAMA (R\$ milhões)		
SUBPROGRAMA	ACUMULADO ATÉ JUNHO 2002	Em percentual
COMÉRCIO E SERVIÇOS	750	11,7%
EDUCAÇÃO	0	0,0%
ENERGIA	1.066	16,6%
EXPORTAÇÃO	1.776	27,7%
INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA E CONST.NAVAL	423	6,6%
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	180	2,8%
PROG. MELHOR. A ADM.TRIBUT.MUNIC.	59	0,9%
PROJETOS MULTISSECTORIAIS INTEGRADOS	0	0,0%
SANEAMENTO AMBIENTAL	46	0,7%
SAÚDE PÚBLICA	12	0,2%
TELECOMUNICAÇÕES	2.000	31,2%
TRANSPORTE COLETIVO DE MASSAS	107	1,7%
TOTAL	6.419	100,0%

Fonte: CGEM/MTE.

O Programa de Promoção do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROTRABALHO foi instituído pela Resolução CODEFAT n.º 171, de 27 de maio de 1998. Esse Programa busca investir em infra-estrutura econômica e social, visando aumentar o número de

empregos diretos e indiretos, aumentar a competitividade do setor produtivo, financiar projetos estratégicos de desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. A alocação prevista de recursos do FAT foi de R\$ 300 milhões.

A Resolução CODEFAT n.º 210 autorizou a alocação de novos recursos no PROTRABALHO, criando desta maneira o PROTRABALHO II, no montante de R\$ 300 milhões. Por fim, a Resolução CODEFAT n.º 255 autorizou novos depósitos especiais para a terceira fase do Programa (PROTRABALHO III) no valor de R\$ 150 milhões. As linhas de investimento do PROGRAMA não foram substantivamente modificadas, e o aporte total de recursos do FAT para o PROTRABALHO totaliza a importância de R\$ 750 milhões.

O agente financeiro desse Programa é o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, que aplica os recursos do FAT em setores considerados prioritários, como os seguintes:

- a) pólos de desenvolvimento regional (rural, agro-industrial e industrial);
- b) saneamento básico;
- c) reciclagem de lixo; e
- d) turismo.

PROTRABALHO APLICAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE E UF - JAN A NOV/2002 (R\$ MIL)

UF	Agropec- Agroindústria		Indústria		Comércio		Serviços		TOTAL			
	Qt.Op.	Valor	Qt.Op.	Valor	Qt.Op.	Valor	Qt.Op.	Valor	Qt.Op.	%	Valor	%
AL	7	183	-	-	5	85	1	42	13	6,5%	310	1,3%
BA	48	2.539	4	768	6	205	7	362	65	32,5%	3.874	16,3%
CE	18	1.492	5	9.062	5	273	4	1.370	32	16,0%	12.197	51,3%
ES	12	1.626	-	-	-	-	-	-	12	6,0%	1.626	6,8%
MA	6	419	-	-	3	64	3	343	12	6,0%	826	3,5%
MG	18	1.512	1	36	1	35	1	35	21	10,5%	1.618	6,8%
PB	2	286	1	46	-	-	1	2	4	2,0%	334	1,4%
PE	9	196	1	18	2	308	2	293	14	7,0%	815	3,4%
PI	2	476	1	58	-	-	1	24	4	2,0%	558	2,3%
RN	8	102	-	-	-	-	-	-	8	4,0%	102	0,4%
SE	7	592	1	50	3	264	4	623	15	7,5%	1.529	6,4%
TOTAL	137	9.423	14	10.038	25	1.234	24	3.094	200	100,0%	23.789	100,0%

Fonte: CGEM/MTE.

PROTRABALHO - APLICAÇÃO POR PORTE DO BENEFICIÁRIO E UF - JAN A NOV /2002 (R\$ MIL)

UF	MINI		PEQUENO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL			
	Qt.Op.	Valor	Qt.Op.	Valor	Qt.Op.	Valor	Qt.Op.	Valor	Qt.Op.	%	Valor	%
AL	4	56	6	150	3	104	-	-	13	6,5%	310	1,3%
BA	25	364	17	697	16	1.629	7	1.184	65	32,5%	3.874	16,3%
CE	9	27	9	383	9	1.951	5	9.836	32	16,0%	12.197	51,3%
ES	-	-	7	377	3	283	2	966	12	6,0%	1.626	6,8%
MA	6	125	4	362	-	-	2	339	12	6,0%	826	3,5%
MG	5	144	7	232	5	399	4	843	21	10,5%	1.618	6,8%
PB	2	10	2	324	-	-	-	-	4	2,0%	334	1,4%
PE	5	67	6	673	3	75	-	-	14	7,0%	815	3,4%
PI	-	-	2	82	1	69	1	407	4	2,0%	558	2,3%
RN	1	10	6	65	1	27	-	-	8	4,0%	102	0,4%
SE	4	194	6	275	4	818	1	242	15	7,5%	1.529	6,4%
TOTAL	61	997	72	3.620	45	5.355	22	13.817	200	100%	23.789	100,0%

Fonte: CGEM/MTE.

Criado pela Resolução CODEFAT nº 273, de 21 de novembro de 2001, o Programa de Geração de Emprego e Renda na Indústria da Construção Civil – FAT HABITAÇÃO é destinado ao financiamento de unidades habitacionais a ser operado pelas instituições financeiras oficiais federais.

O FAT HABITAÇÃO foi instituído com os objetivos de geração imediata de emprego e renda; descentralização regional dos recursos; compatibilização com as políticas governamentais para a geração de emprego e renda; e redução do déficit habitacional no País. Os financiamentos de unidades habitacionais contemplam três linhas de crédito:

- aquisição de imóvel residencial na planta: é destinado ao financiamento de imóveis previamente à produção em fase de construção, diretamente aos beneficiários finais, em empreendimentos coletivos;
- construção individual de imóvel residencial: é destinado ao financiamento de beneficiários finais em unidades individuais;
- aquisição de imóvel residencial novo: é destinado ao financiamento de imóvel concluído, com até 180 dias de expedição do habite-se.

O Programa, de janeiro a outubro de 2002, apresentou os seguintes resultados:

FAT HABITAÇÃO - POR REGIÃO E MODALIDADE DE FINANCIAMENTO (JAN-OUT DE 2002) (R\$ 1,00)

REGIÃO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL									
	IMÓVEL NOVO		Construção Individual		Imóvel na Planta		Usado		TOTAL	
	Qt.Op	Valor Fin.	Qt.Op	Valor Fin.	Qt.Op	Valor Fin.	Qt.Op	Valor Fin.	Qt.Op	Valor Fin.
NO	16	837.655	12	859.660	-	-	9	345.350	37	2.042.665
NE	241	10.851.734	49	2.666.913	3	9.000	139	4.925.272	432	18.452.919
C-O	210	13.988.926	57	2.973.390	31	1.708.495	121	5.636.249	419	24.307.060
SE	1.771	95.618.965	729	32.522.811	203	15.880.257	1.306	54.864.071	4.009	198.886.104
SU	441	22.902.227	493	19.201.928	15	1.100.178	386	16.779.526	1.335	59.983.859
BR	2.679	144.199.507	1.340	58.224.702	252	18.697.930	1.961	82.550.468	6.232	303.672.607

Fonte: CGEM/MTE.

No exercício de 2002, por meio da Portaria 301/GM/MTE, de 26/06/2002, foi instituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a ampliação do microcrédito aos trabalhadores, bem como as novas linhas do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER. Esse trabalho resultou na edição da Resolução CODEFAT N° 286, de 23/07/02, que instituiu o FAT – Empreendedor Popular no âmbito do PROGER Urbano e autorizou a alocação de R\$ 1 bilhão em depósitos especiais remunerados, nas instituições financeiras oficiais federais para aplicação em operações de microcrédito.

Também, foi instituída a linha de crédito denominada PROGER Urbano Micro e Pequena Empresa – Capital de Giro, e reformulada linha de crédito para financiamento de capital fixo para micro e pequenas empresas, mediante Resolução N° 287, de 23 de julho de 2002.

Empregabilidade

O Programa de Qualificação Profissional do Trabalhador – PLANFOR está no grupo de 54 programas e projetos escolhidos como estratégicos na ação do governo federal. É financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e tem como objetivo aumentar a empregabilidade do trabalhador, reduzindo os riscos de desemprego e subemprego, e elevar sua produtividade e renda por meio da educação profissional a pelo menos 20% da População Economicamente Ativa – PEA, por ano.

O foco prioritário do programa situa-se nos grupos socialmente vulneráveis, agregados em quatro categorias enumeradas pelo Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT por meio de sua Resolução 258, de 21/12/2000, para as quais devem ser alocados pelo menos 90% das vagas e 80% dos recursos anuais: (i) pessoas desocupadas, principalmente beneficiários do seguro desemprego; (ii) pessoas em risco de desocupação permanente ou conjuntural, por fatores de modernização tecnológica, privatização e outras formas de reestruturação produtiva; (iii) pequenos e microprodutores, do setor urbano e rural, inclusive as beneficiárias de crédito financiado pelo FAT;

e (iv) trabalhadores do setor informal – autônomos, cooperados, e em atividades sujeitas a sazonalidades, tais como restrição legal, climática, e ciclo econômico.

O PLANFOR é executado de forma descentralizada. Para sua implementação, foram gradativamente estruturados e consolidados mecanismos orientados pelas diretrizes de participação, descentralização e fortalecimento da capacidade de execução local: Planos Estaduais de Qualificação - PEQ e Parcerias Nacionais e Regionais.

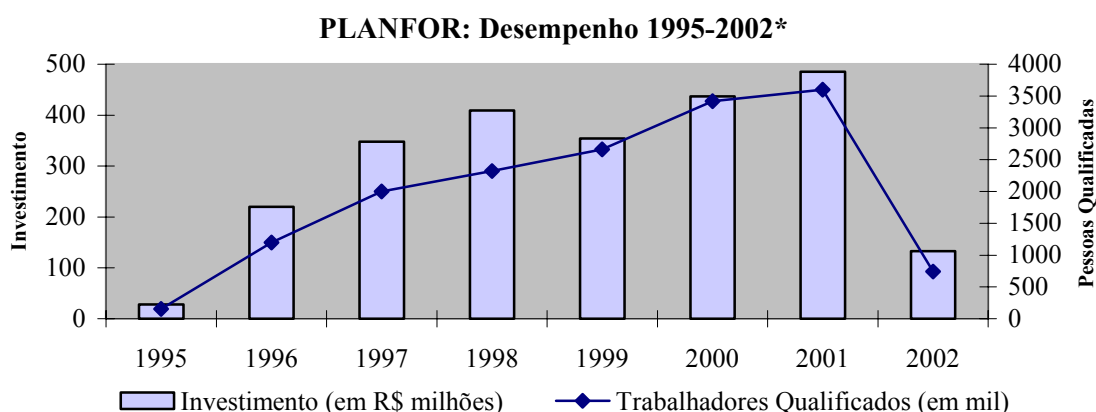
Os PEQ são coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho - STb, executados mediante convênios firmados entre os Governos Estaduais e o MTE/SPPE, sujeitos à aprovação das Comissões Estaduais de Trabalho e Emprego - CET e negociações com as Comissões Municipais de Emprego - CMT. As Parcerias Nacionais e Regionais são executadas mediante convênios, termos de cooperação técnica, protocolos de intenções com organizações governamentais e não governamentais (sindicatos, associações, fundações, universidades), para implementação de programas e projetos de alcance regional ou nacional, sujeitos à aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.

As ações financiadas pelo FAT são submetidas à prévia discussão, negociação e homologação de colegiados tripartites e paritários, em três níveis: Federal - Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT, Estadual - Comissões Estaduais de Trabalho/Emprego - CET e Municipal - Comissões Municipais de Trabalho/Emprego - CMT. Sua implementação por meio dos dois mecanismos citados, envolve uma cadeia estratégica e operacional, coordenada pelo Ministério, que articula o CODEFAT, a Secretaria de Políticas de Emprego - SPPE, as Secretarias de Trabalho, as Comissões Estaduais de Trabalho e Emprego, as Comissões Municipais de Trabalho e Emprego e entidades executoras dos programas e projetos.

No período 1995-2001, foram qualificados 15,3 milhões de trabalhadores, com investimentos de R\$ 2,3 bilhões do FAT. Para 2002 a meta previa a qualificação de 1,8 milhão de trabalhadores com a aplicação de R\$ 310 milhões, que acumulariam neste mesmo período cerca de 17,2 milhões de trabalhadores, somando recursos de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões do FAT.

Entretanto, em virtude do contingenciamento financeiro decretado pelo Governo Federal, do orçamento de R\$ 310 milhões aprovado para o exercício de 2002, apenas R\$ 161 milhões foram liberados para o PLANFOR, cujo desempenho foi afetado, colocando em risco o alcance das metas previstas no Plano Plurianual - PPA. Os PEQ são os mais atingidos, uma vez que os estados receberam apenas R\$ 71 milhões dos R\$ 208 milhões previstos para serem investidos em 2002, ou seja, 34,5% do montante esperado.

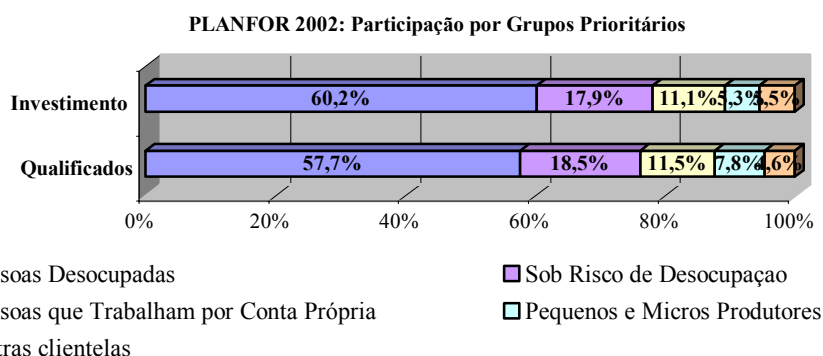
Com a liberação inicial de recursos, os PEQ priorizaram a qualificação de trabalhadores distribuídos entre as quatro ações que compõem o público-alvo prioritário do PLANFOR. Da meta total fixada para 2002 - qualificação de 1,8 milhão de trabalhadores, foram qualificados cerca de 830 mil pessoas, com investimentos de aproximadamente R\$ 161 milhões do FAT.



Fonte: DEQP/SPPE/MTE

* Resultados parciais, processados até dez/02.

As pessoas desocupadas compõem grupo com prioridade absoluta no Programa. Do total de pessoas qualificadas em 2002, 58%⁵ estão nesse grupo, que inclui os beneficiários do seguro-desemprego. Nesse período, essa categoria recebeu 60% dos investimentos realizados pelo Programa em todo o país.



Fonte: DEQP/SPPE/MTE

*Resultados parciais processados até out/02.

Nessa perspectiva, as ações voltadas aos grupos prioritários do programa atingiram 762 mil, das 830 mil pessoas qualificadas até o momento, ou seja, 91,7% do total estão distribuídas entre essas quatro ações.

Cabe destacar também a parceria estabelecida entre o MTE e o Ministério da Saúde no que corresponde ao Ensino Profissional, a partir da qual recursos do FAT foram investidos diretamente no Programa de Formação de Auxiliares de Enfermagem – PROFAE, sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Investimento em Saúde. O PROFAE tem o objetivo de melhorar a qualidade da atenção ambulatorial e hospitalar, reduzindo o déficit de auxiliares de enfermagem qualificados e apoiando a dinamização e melhoramento da regulamentação do mercado de trabalho no setor saúde. No exercício de 2002 foram investidos R\$ 30 milhões do FAT no PROFAE, resultando na qualificação acumulada no triênio de mais de 73 mil profissionais da área da saúde.

Parceria semelhante foi estabelecida entre o MTE e o Ministério da Educação – MEC, objetivando reformar e expandir a Educação Profissional no País, por meio da ampliação da oferta de vagas e melhoria de currículos, possibilitando a qualificação e requalificação profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. Em 2002, por meio do termo de cooperação técnica e financeira estabelecida entre os dois Ministérios, foram investidos R\$ 20 milhões do FAT para qualificação de mais de 25,2 mil pessoas.

⁵ Os públicos atendidos nas ações do PPA para o PLANFOR são classificados no Sistema de Gestão Integrada das Ações de Emprego – SIGAE dentro dos 4 grandes públicos-alvo mencionados, definidos pelo CODEFAT.